

1 Aos trinta dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às onze horas e sete
2 minutos, na sede do Conselho Federal de Psicologia - CFP, situado no Setor de
3 Administração Federal Sul, quadra dois, bloco "B", Edifício Via Office, térreo, sala cento e
4 quatro, Brasília, Distrito Federal, iniciou-se a trigésima terceira plenária do décimo sétimo
5 plenário do Conselho Federal de Psicologia. Estavam presentes nessa ocasião: Andréa
6 Esmeraldo Câmara, Célia Zenaide da Silva, Daniela Sacramento Zanini, Elizabeth de
7 Lacerda Barbosa, Fabián Javier Marin Rueda, Júnia Maria Campos Lara, Jureuda Duarte
8 Guerra, Maria Márcia Badaró Bandeira, Marisa Helena Alves, Paulo José Barroso de Aguiar
9 Pessoa, Paulo Roberto Martins Maldos, Pedro Paulo Gastalho de Bicalho, Regina Lúcia
10 Sucupira Pedroza, Rosane Lorena Granzotto. **INFORMES. 1. AUSÊNCIAS**
11 **JUSTIFICADAS:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que Rogério Gianini, Norma
12 Celiane Cosmo e Regina Lúcia Sucupira Pedroza estão representando o CFP no décimo
13 quarto Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional (CONPE). Sandra Elena
14 Spósito não pôde estar presente nesta plenária por motivos de trabalho. Iolete da Silva
15 Ribeiro passou por um falecimento na família e precisou viajar em decorrência disso.
16 Clarissa Paranhos Guedes está acompanhando o filho, que esteve adoentado. Ana Sandra
17 Arcoverde Nóbrega já esteve em Brasília esta semana para o lançamento da Frente
18 Parlamentar em Defesa dos Conselhos Profissionais, e para a apuração das eleições, de modo
19 que precisou retornar à sua cidade. **2. PESQUISA SOBRE O SISTEMA PRISIONAL:**
20 Maria Márcia Badaró Bandeira falou da importância de divulgar a pesquisa realizada sobre o
21 sistema prisional no site do CFP, com link no site dos CRPs. Ela explicou que esta é a
22 mesma pesquisa que foi tema recente de um diálogo digital. **3. CFP COMO SEDE DE**
23 **EVENTOS DO FCFAS:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que no dia 5 de agosto, o
24 CFP recebeu, do Fórum dos Conselhos Federais da Área da Saúde (FCFAS), pedido de
25 cessão de espaço da autarquia para a realização do "I Encontro de Formação das Profissões
26 da Área da Saúde", que será nos dias 18 e 19 de setembro. São esperadas cerca de cinquenta
27 pessoas. O CFP acolheu o pedido deste Fórum. **3. II ENCONTRO DAS COMISSÕES DE**
28 **ORIENTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DOS CONSELHOS FEDERAIS DA ÁREA DA**
29 **SAÚDE (II EFISC):** Júnia Maria Campos Lara informou que o CFP sediou o Segundo
30 Encontro das Comissões de Orientação e Fiscalização dos Conselhos Federais da Área da

31 Saúde: Reunindo Conhecimentos (II EFISC). Ela e a Regina Lúcia Sucupira Pedroza
32 representaram a autarquia participando dos debates. O evento alcançou repercussão positiva
33 entre os demais conselhos da área e grande visibilidade em seus sites e redes sociais. Júnia
34 Maria Campos Lara explicou que o Tribunal de Contas da União – TCU realizou uma
35 auditoria em diversos conselhos federais e regionais, que resultou em um relatório, chamado
36 de Relatório FOC - "Orientações para Fiscalizações de Orientação Centralizada". Assim,
37 neste evento, houve um ponto de pauta sobre o assunto. O TCU recomendou a fiscalização
38 conjunta de conselhos de diversas profissões nos estados, como, por exemplo, visitas à
39 clínicas-escola que tenham o exercício de várias profissões. No Segundo EFISC, cada
40 conselho falou um pouco de sua experiência com o relatório do TCU e há muitos pontos
41 comuns entre os diversos conselhos. A enfermagem informou sobre a sua prática inovadora
42 de selo de certificação. A veterinária ressaltou que sessenta por cento de seus processos
43 éticos são originados dos relatórios das visitas de fiscalização, desenvolvidas pelos fiscais,
44 assim, o conselho identificou problemas com a emissão desses relatórios e, diante disso, tem
45 trabalhado na padronização dos procedimentos de fiscalização e emissão de documentos. A
46 odontologia está informatizando todos os regionais, também para unificar as ações, assim
47 como a veterinária já se preocupou. Júnia Maria Campos Lara explicou que o TCU
48 recomenda que os conselhos federais tenham informações sobre o que os regionais estão
49 fazendo, ou seja, quantidade de processos abertos, quantidade de visitas de orientações e
50 fiscalizações realizadas. Entretanto, o TCU não tem uma definição do que é fiscalizar. Mas
51 ele entende que cabe ao federal controlar os regionais por meio do acompanhamento dos
52 dados dos regionais, de forma informatizada. Júnia Maria Campos Lara informou que o CFP
53 não possui um programa que mostre a quantidade de processos éticos abertos em cada
54 conselho regional. Assim, a Secretaria de Orientação e Ética do CFP, SOE, já começou a
55 fazer alguns levantamentos de forma manual, no entanto, os dados entre os regionais são
56 muito discrepantes. Quando o CFP pergunta, por exemplo, quantas mediações foram feitas,
57 cada CRP entende de um jeito e as respostas não fazem sentido, de modo que este assunto
58 será ponto de pauta do próximo Encontro de COEs – Comissões de Orientação e Ética e
59 COFs – Comissões de Orientação e Fiscalização dos CRPs. Ela explicou que o TCU espera
60 que os conselhos federais de todas as profissões tenham esse controle. Para tanto, a



61 odontologia já desenvolveu uma boneca. Assim como na Psicologia, em outras profissões, o
62 estado de São Paulo já tem algum sistema mais desenvolvido e o federal está tentando
63 unificar. A conselheira avaliou que, como os processos éticos decorrem, na maioria dos
64 casos, a partir do relatório dos fiscais, então, é importante que o Sistema Conselhos de
65 Psicologia desenvolva uma padronização e um grau de qualidade para esses relatórios e
66 ressaltou que haverá dificuldade para isso, até porque o Sistema Conselhos está trabalhando
67 com uma nova normativa, o CPD – Código de Processamento Disciplinar. Sobre os desafios
68 da SOE no levantamento dos dados solicitados aos conselhos regionais, Júnia Maria Campos
69 Lara informou que apresentará essa inconsistência no próximo Encontro de COEs e COFs.
70 Júnia Maria Campos Lara contou que o CRP de São Paulo avaliará um sistema que tem um
71 pacote para fiscalização, de modo que os fiscais poderão fazer o relatório de fiscalização já
72 no momento em que estão na visita. Ela avaliou que isso precisa ser padronizado com todos
73 os regionais. Júnia Maria Campos Lara continuou contando sobre o relato de cada conselho
74 regional no encontro. Ela destacou que o TCU citou muito a enfermagem com o modelo para
75 os conselhos, em virtude dos selos de qualidade dos fiscais e reuniões de orientação e
76 capacitações para fiscais. O Serviço Social relatou que o TCU tem cobrado o controle do
77 federal sobre os regionais e principalmente o planejamento de ações finalísticas, que são
78 orientar, fiscalizar. Assim, o Serviço Social foi cobrado a informar quantas visitas realiza,
79 quantos processos éticos foram abertos. O Conselho de Serviço Social informou que tem
80 ações políticas que quer vincular às ações sociais, como ações finalísticas. O TCU cobrou a
81 transparência de todos os itens, e cobrou a necessidade de divulgação dos dados em tempo
82 real no Portal da Transparência, mês a mês. A radiologia mencionou que o TCU espera
83 eficácia do conselho e não eficiência. Assim, a conselheira explicou que há conceitos que o
84 TCU usa que não estão definidos, de modo que é preciso identificá-los e padroniza-los. Os
85 conselhos precisarão definir, por exemplo, qual a porcentagem da receita do conselho gasta
86 com cada ação de fiscalização, assim, é preciso ter uma definição explícita e comum a todos
87 os conselhos do que é fiscalização. Por fim, Júnia Maria Campos Lara contou que houve dois
88 encaminhamentos importantes desse encontro dos conselhos: a realização de uma reunião no
89 final do ano, para os conselhos da saúde definirem os conceitos necessários, como o de
90 fiscalização, por exemplo. E outra reunião para continuar discutindo as ações conjuntas que

Handwritten signature

Handwritten initials

Handwritten signatures and initials: P, m, J, NE, DS, and others.

91 vão acontecer nos regionais. Esse encontro, que será o terceiro, deve ser realizado no CFP.
92 Daniel Arruda (GRI/CFP) complementou o informe, mostrando o quanto a notícia dessa
93 reunião teve repercussões. Miraci Mendes (CG/CFP) também complementou o informe,
94 explicando que o FOC é um relatório bem rígido e que tem gerado repercussões políticas.
95 Ela afirmou que é preciso incluir a área financeira do CFP nos debates e chamar os regionais
96 para se adequarem ao que já foi definido pelo TCU. **Encaminhamento: 3.1** Júnia Maria
97 Campos Lara compartilhará o seu resumo sobre o assunto para todos os conselheiros, que
98 deverão pensar no que cada CRP deve providenciar, para que seja possível um levantamento
99 de dados sobre processos e fiscalizações do ponto de vista nacional. **4. PROCESSO DE**
100 **IMPLEMENTAÇÃO DO SEI NOS CRPS:** Daniel Arruda (GRI/CFP) informou que no
101 momento o CRP-01/DF já utiliza o SEI para todos os processos há cerca de três meses. O
102 CRP-04/MG está em fase avançada de implantação, com um atraso de três semanas, em
103 virtude de um problema de autenticação de senhas relacionado ao sistema interno que já era
104 utilizado pelo CRP-04/MG e, em breve, será possível virar a chave nesse regional. Ou seja, o
105 SEI entrará em pleno funcionamento. Daniel Arruda (GRI/CFP) informou também que há
106 onze conselhos regionais que já receberam orientações para adequações internas e estão
107 repassando as informações de hierarquia interna para o CFP, como a lista de funcionários
108 para a devida formatação do SEI. Daniel Arruda (GRI/CFP) destacou que esse trabalho já
109 está contando com a colaboração do GT de TI (Grupo de Trabalho de Tecnologia da
110 Informação do Sistema Conselhos de Psicologia). Daniel Arruda avaliou que é positivo fazer
111 a implantação do SEI neste momento de novos plenários regionais, porque o sistema já
112 estará na configuração da nova gestão em relação a estrutura interna dos CRPs. **5.**
113 **COMISSÃO INTERSETORIAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA SEXUAL**
114 **CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES (CIEVSCA):** Daniel Arruda (GRI/CFP)
115 informou que Iolete Ribeiro da Silva representa o CFP e o Conanda (Conselho Nacional de
116 Direitos da Criança e do Adolescente) nesta comissão, que é de direitos humanos. Assim,
117 Iolete Ribeiro da Silva pediu a leitura de um documento em plenária, o “Relatório Analítico
118 Propositivo da Justiça: a oitiva de crianças no poder judiciário brasileiro”. Então, Andréa
119 Esmeraldo Câmara apresentou brevemente o documento, quer tem foco na implementação da
120 recomendação n 33/2010 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e da lei 13.431/2017.

121 Andréa Esmeraldo Câmara explicou que essa pauta seguirá mesmo com o desmonte do
122 Conanda. **Encaminhamentos: 5.1** Conpas – Comissão Nacional de Psicologia e Assistência
123 Social do Sistema Conselhos de Psicologia deve acompanhar a temática junto com a equipe
124 que está trabalhando com esse tema na CIEVSCA. **5.2** A pesquisa deve ser enviada para os
125 conselheiros e para os regionais. **PONTOS DE PAUTA. 1. ATAS DA 32ª PLENÁRIA:** as
126 atas foram aprovadas por unanimidade. **2. PROCESSOS ÉTICOS PARA SETEMBRO:**
127 Júnia Maria Campos Lara informou que os processos PDE n. 576600020.000529/2019-84, e
128 PDE n. 576600020.000637/2019-57, ambos oriundos do CRP-06/SP, estavam pautados para
129 julgamento em agosto de 2019, mas foram adiados devido a um problema de saúde da
130 relatora Clarissa Paranhos Guedes. **Encaminhamento: 2.1** O adiamento foi aprovado pela
131 plenária. **3. INFORME SOBRE A RESOLUÇÃO 06/2019 COMENTADA:** Daniela
132 Sacramento Zanini informou que essa resolução trata dos documentos escritos produzidos
133 por psicólogos. Lembrou que foi aprovada em plenária a proposta de produzir uma versão
134 comentada dessa norma. Assim, o documento foi feito com profissionais que estão na ponta,
135 passando também pelo GT responsável, e contando por fim com a revisão da Comissão
136 Consultiva em Avaliação Psicológica - CCAP. Andréa Esmeraldo Câmara sugeriu que o
137 documento fosse apreciado também pela CONPAS – Comissão Nacional de Psicologia e
138 Assistência Social. **Encaminhamento: 3.1** A resolução comentada deverá ser encaminhada à
139 Andréa Esmeraldo Câmara para revisão da CONPAS, com retorno previsto até o dia 10 de
140 setembro. **4. DESIGNAÇÃO DE RELATORIA PARA PROCESSOS DE OUTUBRO**
141 **DE 2019:** Júnia Maria Campos Lara informou a relação de processos a serem julgados em
142 outubro, para a designação de relatores. **Encaminhamentos: 4.1** Para o PDE
143 576600020.000265/2019-69, oriundo do CRP-06/SP, que havia sido designado para a
144 Conselheira Regina Pedroza, em virtude de sua impossibilidade de estar na plenária de
145 julgamento, foi designada a Conselheira Ana Sandra Arcoverde Nóbrega. **4.2** Para o PDE nº
146 576600020.001120/2019-85, oriundo do CRP-09/GO, foi designada a Conselheira Marisa
147 Helena Alves. **4.3** Para o PDE nº 576600020.001186/2019-75, oriundo do CRP-04/MG foi
148 designada a Conselheira Márcia Maria Badaró. **4.4** Para o PDE nº 576600020.002726/2018-
149 57, oriundo do CRP-12/SC foi designada a Conselheira Andréa Esmeraldo Câmara. **4.5** Para
150 o PDE nº 576600020.001274/2019-77, oriundo do CRP-03/BA foi designado o Conselheiro

151 Paulo Roberto Martins Maldos. **4.6** Para o PDE nº 576600020.001367/2019-00, oriundo do
152 CRP-11/CE foi designada a Conselheira Rosane Granzotto. **4.7** Para o PDE nº
153 576600020.001397/2019-16, oriundo do CRP-08/PR foi designada a Conselheira Sandra
154 Elena Spósito. **4.8** Para o PDE nº 576600020.001400/2019-93, oriundo do CRP-14/MT foi
155 designada a Conselheira Daniela Sacramento Zanini. **5. DESIGNAÇÃO DE RELATOR**
156 **PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO CRP 08 - PROCESSO Nº 14/2019:** Andréa
157 Esmeraldo Câmara informou que o Processo Administrativo é referente a recurso para
158 cancelamento de inscrição profissional. **Encaminhamento: 5.1** O processo foi distribuído
159 para Marisa Helena Alves. **6. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO**
160 **ADMINISTRATIVO CRP 08 - PROCESSO Nº 15/2019:** Andréa Esmeraldo Câmara
161 informou que o Processo Administrativo é referente a recurso para cancelamento de
162 inscrição profissional. **Encaminhamento: 6.1** O processo foi distribuído para Júnia Maria
163 Campos Lara. **7. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO**
164 **ADMINISTRATIVO CRP 08 - PROCESSO Nº 16/2019:** Andréa Esmeraldo Câmara
165 informou que o Processo Administrativo é referente a recurso para cancelamento de
166 inscrição profissional. **Encaminhamento: 7.1** O processo foi designado para Pedro Paulo
167 Bicalho. **8. DESIGNAÇÃO DE RELATOR PARA PROCESSO ADMINISTRATIVO**
168 **CRP 22 - PROCESSO Nº 1511/2018:** Andréa Esmeraldo Câmara informou que o Processo
169 Administrativo é referente a recurso administrativo contra a decisão do plenário do CRP-
170 22/MA e não há detalhe sobre o assunto. **Encaminhamento: 8.1** O processo foi designado
171 para Sandra Spósito. **9. XX Encontro Nacional da ABRAPSO:** Andréa Esmeraldo Câmara
172 informou que o evento acontecerá na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
173 (PUC/SP), de 13 a 16 de novembro deste ano e haverá as seguintes atividades do
174 CFP: oficina sobre a escuta especializada; oficina como resultado da I Mostra Nacional de
175 Práticas em Psicologia no SUAS – Sistema Único de Assistência Social (organizada pela
176 CONPAS); oficina sobre campanha de combate ao preconceito contra usuários e usuárias do
177 SUAS (organizada pela CONPAS); lançamento de dez referências do Crepop – Centro de
178 Referências de Psicologia e Políticas Públicas; oficina sobre análise de conjuntura; estande.
179 **Encaminhamentos: 9.1** Incluir nas atividades do evento o lançamento do número especial
180 Povos Tradicionais da Revista Ciência e Profissão. Pedro Paulo Bicalho informou que essa

181 solicitação foi encaminhada para a Miraci e que as informações devem ser resgatadas para
182 organização da tarefa; **9.2** Pedro Paulo Bicalho auxiliará no trabalho da oficina sobre análise
183 de conjuntura, abordando o assunto eleições no Sistema Conselhos de Psicologia. **9.3** Cada
184 referência do Crepop ficará sob responsabilidade de um conselheiro do CFP que estiver no
185 evento, para fins de inscrição. Assim, ficou combinado que este ponto deveria ser retomado
186 em breve, após levantamento sobre os temas das referências. Foi realizado intervalo para
187 almoço às treze horas. A reunião foi retomada às quinze horas. **Retomando o ponto 9,**
188 Miraci Mendes informou que na penúltima plenária foi decidido que o CFP iria lançar dez
189 referências do Crepop no Encontro da Abrapso, e que haveria oficinas. Até o momento,
190 somente a CONPAS e a CDH – Comissão de Direitos Humanos do CFP enviaram
191 atividades. Ressaltou que é preciso definir os responsáveis sobre a atividade de conjuntura e
192 os conselheiros para a inscrição de cada referência do Crepop, para que o CFP possa incluir
193 tudo no sistema do evento na segunda-feira. **Encaminhamentos: 9.4** Ficou combinado que o
194 CFP consultará os convidados que já estarão nas atividades, para ver se podem ficar
195 responsáveis para que o nome deles constem na inscrição de cada publicação do Crepop. As
196 referências lançadas serão: Educação Básica; DST-Aids; Emergências e Desastres; Varas de
197 Família; Questões da Terra; Álcool e outras Drogas; Psicologia Hospitalar; Psicologia do
198 Esporte; Saúde do Trabalhador. **9.5** Para a atividade de análise de conjuntura foram
199 designados os Conselheiros Pedro Paulo Bicalho, Jureuda Duarte Guerra e Ana Sandra
200 Arcoverde Nóbrega. **9.6** É preciso consultar a Conselheira Ana Sandra Arcoverde Nóbrega a
201 respeito. **9.7** Os responsáveis devem fazer o resumo da mesa e enviar até segunda-feira, às 10
202 horas, para o e-mail margarete.silles@cfp.org.br. **9.8** Para os lançamentos de referências do
203 Crepop, a equipe do CFP distribuirá entre os conselheiros que estarão no evento, apenas para
204 vincular o nome do responsável à publicação no sistema de inscrição. **10. INFORME**
205 **SOBRE PROCESSO SELETIVO PARA COMPOSIÇÃO DO CONSELHO**
206 **NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA (CNDI) – BIÊNIO 2019- 2021:**
207 Daniel Arruda (GRI/CFP) informou que o CFP recebeu do CRP-06/SP, em 16 de julho de
208 2019, o Ofício 417/2019, dando conhecimento ao Edital n.1/2019, que dispõe sobre o
209 regulamento do processo seletivo público das entidades da sociedade civil organizada para
210 composição do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (CNDI) – Biênio 2019-

2021. Ele explicou que serão selecionadas três entidades da sociedade civil organizada para o tempo de dois anos, vedada a recondução. Daniel Arruda (GRI/CFP) e Andréa Esmeraldo Câmara explicaram que a informação chegou ao CFP com pouco tempo hábil para que o CFP pudesse apresentar proposta de alguma participação com incidência. Assim, a diretoria sugeriu não participar. **11. CONANDA - MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO PARA GARANTIR AS ASSEMBLEIAS:** Daniel Arruda (GRI/CFP) informou Iolete Ribeiro da Silva representou o CFP na reunião do Conanda de 21 e 22 de agosto e explicou que dada a decisão do governo de não financiar passagens e diárias para conselheiros da sociedade civil do CONANDA, inviabilizando a participação nas assembleias, empreendeu-se o esforço de diálogo com a Secretaria Nacional de Políticas para a Infância e a Adolescência, que permaneceu irredutível em relação ao orçamento. A sociedade civil buscou apoio da Defensoria Pública da União e Ministério Público Federal, e deliberou por entrar com um Mandado de Segurança Coletivo visando garantir a realização das assembleias. O texto está sendo redigido pelos representantes do Instituto Alana e Conselho Federal da OAB – Ordem dos Advogados do Brasil. O texto do Mandado de Segurança Coletivo foi apresentado à plenária, para avaliar se o CFP assinaria o documento. Andréa Esmeraldo Câmara informou que a avaliação da Conselheira Iolete Ribeiro da Silva é pela assinatura do documento. **Encaminhamento: 11.1** Após ouvida a Assessoria Jurídica do CFP o plenário aprovou a assinatura do documento. **12. REUNIÃO DE ENTIDADES EXCLUÍDAS DO CONAD - 14/08/2019:** Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa informou que em 14 de agosto, o CFESS - Conselho Federal de Serviço Social realizou reunião sobre a nova composição do CONAD – Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas, com a presença da OAB, COFEN – Conselho Federal de Enfermagem, CFP, Plataforma Brasileira de Política sobre Drogas e CNS – Conselho Nacional de Saúde. A OAB sugeriu que as entidades excluídas do CONAD entrem conjuntamente com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade. A OAB explicou que seria estratégico judicializar o máximo de ações possível, de modo que ficou combinado que seja marcada uma reunião entre as assessorias jurídicas dos conselhos para definição de ações, para que esse tema permaneça na pauta do poder judiciário. Foi sugerida também a criação de um observatório para receber denúncias, constituído como um espaço interconselhos (CNS e CNDH), sendo coordenado pela

Handwritten signatures and initials in blue ink:
- A large signature on the left, possibly "M. P."
- A signature in the middle, possibly "João"
- Several initials and signatures on the right, including "MS", "DS", and others.
- A small number "8" is written near the bottom right of the signatures.

241 Subcomissão de Drogas e Saúde Mental (do CNDH) e Comissão Intersectorial de Saúde
242 Mental (CISM/CNS), para acompanhar as políticas de álcool e outras drogas e ações do
243 CONAD. O CFP deve dar resposta para o CFESS até o dia 2 de setembro. João Diego Rocha
244 Firmiano (GJUR/CFP) informou que após a reunião, os advogados do CFESS enviaram e-
245 mail para o CFP, explicando o que já foi exposto, mas ele ainda não realizou uma análise do
246 tema, em virtude dos trabalhos do processo eleitoral do CFP. Informou que a princípio acha
247 que é uma estratégia válida. Informou que por enquanto ainda não existe nenhuma ação
248 judicial deste grupo. Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa acrescentou que a ideia é que as
249 assessorias jurídicas criem uma narrativa para avaliar a possibilidade de mover essa ação.
250 **Encaminhamentos: 12.1** A GJUR do CFP deve fazer contato com o CFESS na próxima
251 semana. **12.2** O CFP deve desde já noticiar a reunião e a participação do CFP. **12.3** Foi
252 aprovada por maioria dos conselheiros presentes a inclusão do CFP na ação judicial sobre o
253 CONAD. **13. REUNIÃO AMPLIADA DA FRENTE NACIONAL DROGAS E**
254 **DIREITOS HUMANOS:** Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa informou que diante de todo
255 esse quadro do CONAD e questões de desmonte de diversas políticas públicas ocorridas nos
256 últimos meses, o CFP participou da reativação da Frente Nacional de Drogas e Direitos
257 Humanos (FNDDH). Foram combinadas várias atividades para as comissões da frente,
258 entretanto, as comissões não trabalharam. Então, houve nova reunião em 23 de agosto, em
259 que os participantes decidiram encaminhar mais uma vez um pedido de apoio ao CFP para a
260 realização de uma reunião ampliada da Frente, presencial, com duração de dois dias, em
261 outubro de 2019. A solicitação de apoio é relativa à cessão de espaço físico para realização
262 da reunião, bem como, o custeio de passagens, diárias e hospedagem para a participação de
263 cinco integrantes da Frente, incluídos os representantes do CFP. A Frente também está
264 solicitando apoio ao CFESS. Além dos integrantes da Frente, seriam convidadas as entidades
265 excluídas do CONAD, num total de cerca de quinze pessoas. O conselheiro avalia que é
266 preciso rever a participação do CFP, pois fica com a impressão de precisar começar tudo do
267 zero novamente, mesmo que esse trabalho já tenha sido feito lá em 2012. Afirmou que agora
268 o papel do CFP foi apenas de reativação da Frente, o que já foi feito, com reunião, apoio
269 financeiro e articulações, mas agora é necessário ter o compromisso dos outros envolvidos.
270 Elizabeth Lacerda Barbosa falou dos retrocessos na política de álcool e drogas e afirmou que

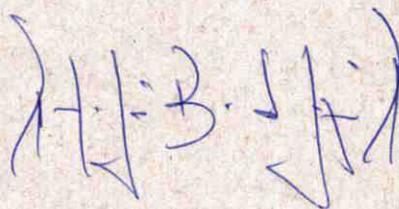
João Diego Rocha
MUSA
MC
P
D
S
CFESS
9

271 deixar de trabalhar neste grupo, que tem outra perspectiva, pode ser arriscado, gerando uma
272 convivência com o que vem sendo imposto. Falou da importância de avaliar se esse grupo não
273 está fazendo a luta porque está envolvida com as novas políticas que estão se impondo ou se
274 é por outros motivos, pois se for por outros motivos, acha que deveria fazer um esforço para
275 fazer esse chamado de reativação da frente novamente. Marisa Helena Alves concordou que
276 a participação é importante, entretanto, avaliou que o CFP não deve permanecer como
277 financiador, assim é preciso criar estratégias para que o CFP lute pelos espaços de
278 participação social que estão sendo desmontados. Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa pediu
279 para o plenário refletir, destacando que por ser uma frente, o protagonismo deve ser
280 compartilhado, de modo que se o CFP assume este lugar sozinho, o resultado não é coletivo
281 e não representa uma frente, mais sim uma liderança. Afirmou que cada representação tem
282 um papel fundamental. Lembrou que já houve duas reuniões presenciais, várias reuniões
283 telefônicas e ainda assim o trabalho não caminha. Ressaltou que as entidades da frente estão
284 se articulando em outros espaços, mas não na Frente. **Encaminhamentos: 13.1** O CFP fará
285 diálogo com os participantes da Frente a respeito do que está acontecendo, problematizando
286 o papel em que o CFP está sendo colocado na frente. **13.2** Para tanto, o CFP poderá
287 apresentar todo o histórico da Frente para abrir essa discussão, para tanto a GRI
288 providenciará subsídio. **13.3** O documento a ser construído pela GRI com esse histórico será
289 apresentado ao plenário. **13.4** Sobre o pedido feito, o CFP responderá que poderá ceder o
290 espaço físico nos dias de semana, mas não poderá financiar as representações com diárias,
291 passagens e hospedagem. **RETOMADA DO PONTO 12. REUNIÃO DE ENTIDADES**
292 **EXCLUÍDAS DO CONAD - 14/08/2019:** João Diego Rocha Firmiano (GJUR/CFP)
293 informou que o processo pode ser encaminhado à GJUR para dar os trâmites necessários,
294 pois não há impedimentos para entrar conjuntamente com a ação sugerida. Encaminhamento:
295 **12.4** Foi aprovado por unanimidade que o CFP deve assinar o mandado de segurança.
296 Jureuda Duarte Guerra informou que o mesmo pode vir a acontecer com o Conselho da
297 Mulher, pois a última reunião foi cancelada por motivos de retaliação. **14. SOLICITAÇÃO**
298 **DE ASSINATURA DE DOCUMENTO CONJUNTO E INFORME - GRUPO DE**
299 **TRABALHO DE CÂNCER DE CABEÇA E PESCOÇO (GTCCP):** Daniela Zanini
300 informou que o CFP participa do Grupo de Trabalho de Câncer de Cabeça e Pescoço

301 (GTCCP) da Associação de Câncer de Boca e Garganta (ACBG), sendo representado por
302 Wanderley de Paula Júnior. O GT encaminhou um informe ao CFP com as principais
303 atualizações de atividades que realizou, sendo que a principal havia sido uma proposta,
304 encaminhada aos órgãos governamentais, para atualização das diretrizes de atendimento
305 relativas ao Câncer de Cabeça e Pescoço. O GTCCP recebeu resposta oficial do Ministério
306 da Saúde, relativa à proposta de atualização da Portaria nº 516, de 17 de junho de 2015
307 (Diretrizes Diagnósticas e Terapêuticas do Câncer de Cabeça e Pescoço). A posição do
308 Ministério da Saúde foi de que o pedido do GTCCP seria arquivado e considerado no
309 próximo processo de atualização da diretriz em questão. Assim, o GTCCP fez um ofício para
310 ser assinado em conjunto com as demais entidades participantes, endereçado ao Ministro da
311 Saúde, Dr. Luiz Henrique Mandetta e à Diretora da DGITIS, Vânia Cristina Canuto Santos;
312 manifestando indignação com o arquivamento do pedido, levando em conta a situação atual
313 gravíssima do câncer de cabeça e pescoço no Brasil e o trabalho de dois anos realizados de
314 forma proativa e gratuita, exigindo por fim que o processo de atualização se inicie ainda em
315 2019. **Encaminhamentos: 14.1** O CFP deve assinar o documento. **15. CREPOP -**
316 **SEMINÁRIOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS:** Marisa Helena Alves informou que entre
317 abril a agosto de 2018, o CREPOP realizou cinco edições descentralizadas do Seminário
318 Nacional de Psicologia e Políticas Públicas. Todas as edições foram transmitidas via internet
319 e as falas dos palestrantes foram transcritas para compor uma publicação como resultado do
320 seminário. Os textos degrevados foram enviados aos respectivos autores para que fizessem
321 ajustes tornando-os menos coloquiais. Diversos contatos e prazos foram acordados diversas
322 vezes para que os palestrantes enviassem a versão corrigida. Marisa Helena Alves informou
323 que no total, foram quarenta palestrantes, dos quais onze palestrantes não enviaram seus
324 textos corrigidos. Considerando as tentativas, os prazos e os questionamentos dos demais
325 palestrantes, o Crepop/CFP precisa dar continuidade ao processo de publicação, por isso,
326 este assunto foi pautado em plenária. Marisa Helena Alves ressaltou que os textos fazem
327 críticas de contexto político, na época em que era governo Temer. Em virtude disso, Paulo
328 José Barroso de Aguiar Pessoa sugeriu que seja feita uma introdução situando o tempo do
329 seminário, para que fique explícito quando foi feita a crítica, com a observação de que os
330 textos são de responsabilidade dos próprios autores. Jureuda Duarte Guerra sugeriu que seja

331 feito um memorial para as onze pessoas que não enviaram os textos corrigidos, mostrando
332 todas as tentativas de contato do CFP, para que haja o registro de que o texto desse autor não
333 foi publicado por falta de retorno dele próprio. **Encaminhamentos: 15.1** O
334 plenário autorizou por unanimidade enviar os textos dos palestrantes para as próximas etapas
335 do processo de publicação, desconsiderando os que não enviaram. **15.2** Deve ser feito o
336 registro em e-mail para os autores de que o CFP publicará os textos sem a contribuição de
337 quem não respondeu. **15.3** Deve ser feita uma introdução situando o momento da publicação,
338 conforme sugestão de Paulo José Barroso de Aguiar Pessoa. **15.4** Esse texto será apresentado
339 na próxima plenária. **15.5** Deve ser feito contato com os palestrantes que não enviaram suas
340 revisões, conforme sugestão da Jureuda Duarte Guerra. **16. RELATÓRIO NACIONAL**
341 **DAS INSPEÇÕES EM HOSPITAIS PSIQUIÁTRICOS:** Marisa Helena Alves informou
342 que entre os dias 3 e 7 de dezembro de 2018, as Coordenações Estaduais fizeram as
343 inspeções em quarenta hospitais psiquiátricos, simultaneamente, em dezessete estados. Os
344 relatórios regionais foram organizados pelos Conselhos Regionais de Psicologia após
345 recebimento de insumos dos parceiros de inspeção. A Comissão Nacional está apoiando na
346 coleta de assinaturas. O relatório nacional está sendo construído a partir de recortes dos
347 relatórios regionais e inseridos nos grandes temas proposto na estrutura do relatório. O
348 lançamento estava previsto para o dia 19 de setembro, porém a finalização da construção de
349 conteúdo está prevista até dia 30 de setembro, seguindo para revisão e diagramação. Assim,
350 Marisa Helena Alves explicou que como é um volume muito grande e isso gera muito
351 trabalho para a compilação dos dados, é preciso definir uma nova data de lançamento. Ela
352 sugeriu a data de 10 de outubro, por ser o dia mundial da saúde mental. **Encaminhamento:**
353 **16.1** foi aprovada a mudança de data do lançamento, para o dia 10 de outubro. **17.**
354 **DIÁLOGO DIGITAL SOBRE SETEMBRO AMARELO:** Miraci Mendes (CG/CFP)
355 informou que o CFP recebeu um ofício do Ministério da Saúde sugerindo que o CFP realize
356 a campanha sobre o setembro amarelo. A diretoria recomendou realizar uma matéria sobre o
357 suicídio na segunda-feira, antes de o CFP ser demandado pela categoria, com um recorte
358 sobre a questão das campanhas de meses coloridos; talvez mudando o site para a cor amarela
359 por alguns dias, e realizar diálogo digital sobre suicídio, incluindo as temáticas: LGBT,
360 indígenas e racismo. Foram indicados os seguintes nomes para serem convidados para o

391 Patologias. Agora, o CFP deve informar os nomes definitivos de seus representantes até 7 de
392 setembro. Para a CIPPE foi mantido o nome de Sandra Elena Sposito; para a CIPPSPICS, foi
393 mantido o nome de Delvo Ferraz da Silva; para a CISM foi mantido o nome de Marisa
394 Helena Alves; para a CISMu, foi mantido o nome de Célia Zenaide da Silva; para a CISTT
395 foi mantido o nome de Lourdes Aparecida Machado; para a CIRHRT, foi mantido o nome de
396 Fernanda Lou Sans Magano; para a CISI, deve ser alterado o nome de Marisa Helena Alves
397 por Paulo Roberto Maldos; para a CIASPP foi mantido o nome de Francisco Theofilo de
398 Oliveira Gravinis. O Plenário do CFP parabenizou a conselheira Marisa Helena Alves pela
399 participação ativa na Comissão Intersetorial de Saúde Mental, mudando inclusive o status de
400 participação do CFP, que agora está como coordenador. Miraci Mendes explicou que cada
401 entidade pode fazer parte de apenas seis comissões no CNS e o CFP está com indicação para
402 sete, assim, será feita uma análise para verificar qual dessas comissões deixará de ser
403 prioridade para o CFP. A reunião foi encerrada às 18 horas. Esta ata foi lavrada por mim,
404 Andréa Esmeraldo Câmara, Conselheira-Secretária do CFP, a qual foi lida e assinada por
405 todos os presentes acima nomeados e referenciados.

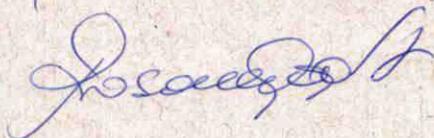


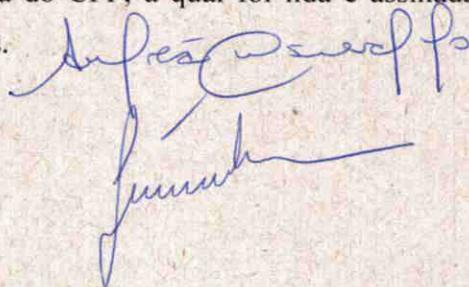


Maristhelene Alb.

Maria Marcia B. Bandeira 

Rivier Z. de 





Jurenela Duarte Guerra


Daniela S. Camm 